

Palavra do editor

Opinião sobre um tema em saúde da criança e do adolescente relacionado a um artigo publicado

ESTRATÉGIAS EFICAZES PARA A SAÚDE DA CRIANÇA

Yehuda Benguigui

Assessor Principal do Projeto sobre Saúde Infantil e Neonatal. Área da Saúde da Família e Comunidade. Organização Pan Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). Washington DC, EUA.

“...embora os esforços envidados pelos países da Região hajam repercutido em melhores índices de saúde materna e infantil, pouco foi conseguido na redução das mortes neonatais que atualmente representam mais de 75% dos óbitos de menores de um ano...”

Dra. Mirta Roses Periago, Diretora, OPAS/OMS (Conselho Diretivo da OPAS, Outubro, 2008).

Em todo o mundo, mais de 200 milhões de crianças menores de cinco anos não recebem a atenção de saúde básica e essencial que necessitam, especialmente nas famílias pobres e marginalizadas dos países em vias de desenvolvimento.

Nos países da Região das Américas, morrem a cada ano cerca de 350.000 crianças menores de cinco anos. Destas, quase 280.000 são crianças que falecem antes de completar um ano e cerca de 100.000 morrem nos primeiros 28 dias de vida, sendo que a maioria - mais de 70% - por causas preveníveis.

Na Região das Américas, está documentado que nos últimos 20 anos a redução da mortalidade em menores de cinco anos foi de 58%. Por esta razão, é digno de nota o fato citado pela Dra. Francisca Maria Oliveira Andrade em seu artigo **“Todos pela Criança”**, que segundo dados do IBGE publicados pelo UNICEF (SIAB, 2006), o Ceará foi o estado brasileiro que mais reduziu a Taxa de Mortalidade

Infantil entre 1991-2006, ou seja, em 15 anos, com uma diminuição de 56,7%.

Estamos de acordo que estes resultados são motivo de comemoração e de grande admiração e orgulho por parte de todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente ao alcance desta importante marca. O feito tem grande significado não somente na comparação entre os estados brasileiros, mas também a nível internacional.

De fato, graças a vários fatores e determinantes sociais - que redundaram em melhoria das condições de vida das populações - como acesso a educação, água, saneamento e aos serviços de atenção primária materno-infantil, a esperança de vida média ao nascer nos países da Região das Américas, aumentou a 76 anos em 2008.

Por outro lado, fatores como a contaminação do meio ambiente, novos estilos de vida e comportamentos, consumismo, sedentarismo e a

cobertura social e de saúde que não acompanha a tendência de urbanização das populações, também se constitui em uma realidade que não contribui a melhoria das condições de saúde das populações. Esta situação contribui não só a causar desnutrição crônica, como também obesidade, hipertensão arterial, adições como o tabagismo, alcoolismo consumo de drogas e exposição a diversas substâncias químicas, aumento da violência intra familiar e urbana, especialmente nas populações de adolescentes e jovens, afetando toda a estrutura familiar em vários segmentos da população.

Na América Latina e no Caribe, para que se consiga o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento número 4, relacionado com a saúde em menores de cinco anos para 2015, especialmente no tocante aos grupos de populações mais vulneráveis e de extrema pobreza, será necessário a implementação de medidas integradas com ampla cobertura e dirigidas as áreas de maior risco.

Os programas de saúde de grande potencial tanto preventivo e de promoção da saúde, quanto de intervenção na atenção de casos nos estabelecimentos de saúde, como: programa ampliado de imunizações, aleitamento materno, alimentação infantil complementar, controle de doenças transmissíveis na infância etc., quando postos em prática através de estratégias integradoras, tem o seu potencial de impacto aumentado exponencialmente, com grande racionalização de custos em sua operacionalização. Neste sentido, a estratégia AIDPI - Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância, implementada em 20 países da Região das Américas e em, 80 países em todo o mundo, ao integrar as ações com vistas a focar-se nas patologias prevalentes de cada lugar, se constitui em um instrumento de grande eficácia.

O componente neonatal, por si só representa neste momento a grande prioridade na atenção infantil em saúde pública e na agenda da maioria dos governos dos países. Para afrontar este desafio, se conta com o “*AIDPI Neonatal*” que ao incorporar as INBE - Intervenções Neonatais Baseadas em Evidências no marco do contínuo de atenção, indo desde o período pré-concepcional, passando pelo período durante a gestação, durante o parto e o período neonatal, tanto o imediato quanto o tardio.

Fundamental também é o cuidado com a “*sobrevivência infantil*”, através do Desenvolvimento Infantil Precoce e Integral (DIPI). O conceito do DIPI está amplamente difundido e deve ser implementado de forma inter-setorial, especialmente com as áreas de educação, cultura, promoção social etc., como ação de governo, com funções estabelecidas para cada segmento da sociedade.

Obviamente o setor saúde reappresenta uma das áreas da mais alta prioridade no desenvolvimento e até mesmo na coordenação inter-setorial do DIPI. Neste sentido, os Protocolos sobre a “*Vigilância do Desenvolvimento Infantil no contexto do AIDPI*” representam um valioso instrumento disponível e de fácil implementação nos serviços básicos de saúde do primeiro nível de atenção.

Assim, com ampla participação intersetorial é factível seguir diminuindo a mortalidade infantil e de menores de cinco anos e ao mesmo tempo garantindo um crescimento e desenvolvimento saudável no seio das famílias e comunidades. Desta forma, as crianças podem alcançar seu mais alto potencial, contribuindo assim ao bem estar geral e do desenvolvimento sustentável das sociedades como um todo.

Conflito de Interesse: Não declarado

Correspondência:

Yehuda Benguigui

E-mail: benguigui@paho.org